

A construção da narrativa do outro como um projeto literário: entre textos panfletários e discursos universalistas

The construction of the narrative of the other as a literary project: between panfletary texts and universalist speeches

La construcción de la narrativa del otro como proyecto literario: entre textos panfletarios y discursos universalistas

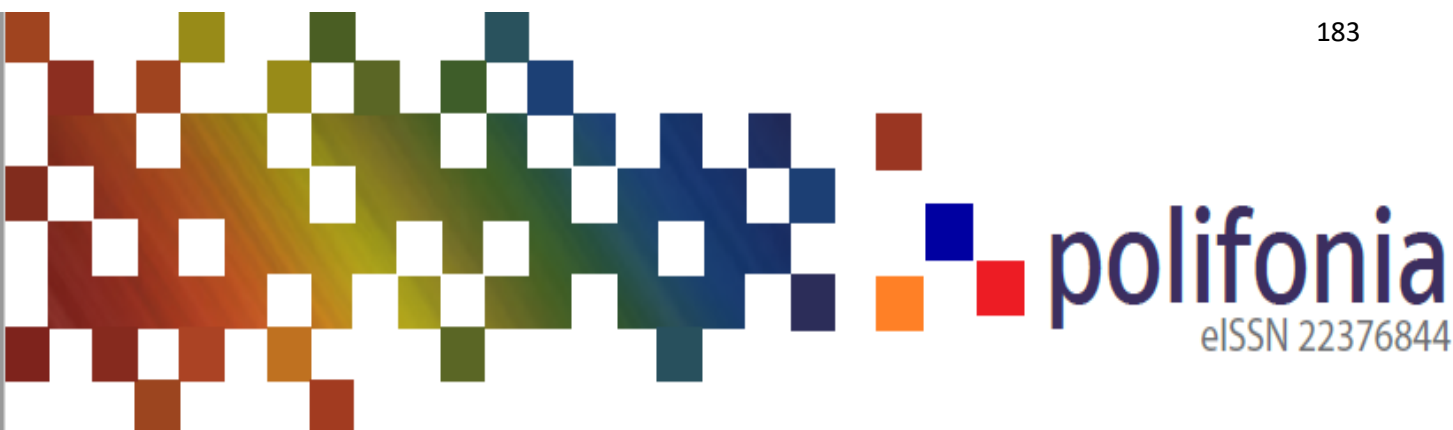
Amauri Junior da Silva Santos (UFMT)¹
amauri@live.at
Renilson Rosa Ribeiro (UFMT)²
rrrenilson@yahoo.com

Resumo

Neste artigo procuramos provocar uma reflexão, a luz da teoria decolonial, sobre as ligações entre História e Literatura e as problemáticas equivalentes que atravessam o processo de escrita desses sistemas de significação. Nesse sentido, apresentamos a noção de cânone e as incertezas que essa categoria carrega, para ambas as áreas, se considerada dentro de uma perspectiva universalista e fechada. Em seguida apontamos o crescente processo de embranquecimento da literatura negra ou afro-brasileira, tanto na autoria quanto na representação de si. Compreendemos, justamente, que esse processo é parte constituinte de um projeto de nação excludente que marginalizou atores/autores que não estavam inscritos nos *scripts* que comporia a estrutura social brasileira e, por consequência, consagrou um seletivo grupo branco que hoje compõe o imaginário literário e histórico nacional. Para tanto, partimos das premissas lançadas pela teoria da recepção que destaca o exercício ativo do leitor de apropriar-se das palavras significando-as por meio de sua compreensão individual, experiências e valores. Por fim, apontamos como a crítica decolonial

¹ Doutorando em História pela UFMT, Bolsista Capes.

² Doutor em História pela UNICAMP, Docente do Departamento de História, do PPGEL – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem e do PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História da UFMT/Cuiabá.



pode fornecer mecanismos de assenhoreamento e humanização das relações interculturais e na construção de referenciais-outros para a construção da narrativa.

Palavras-chave: História e Literatura; Literatura negra; cânone; crítica decolonial

Abstract

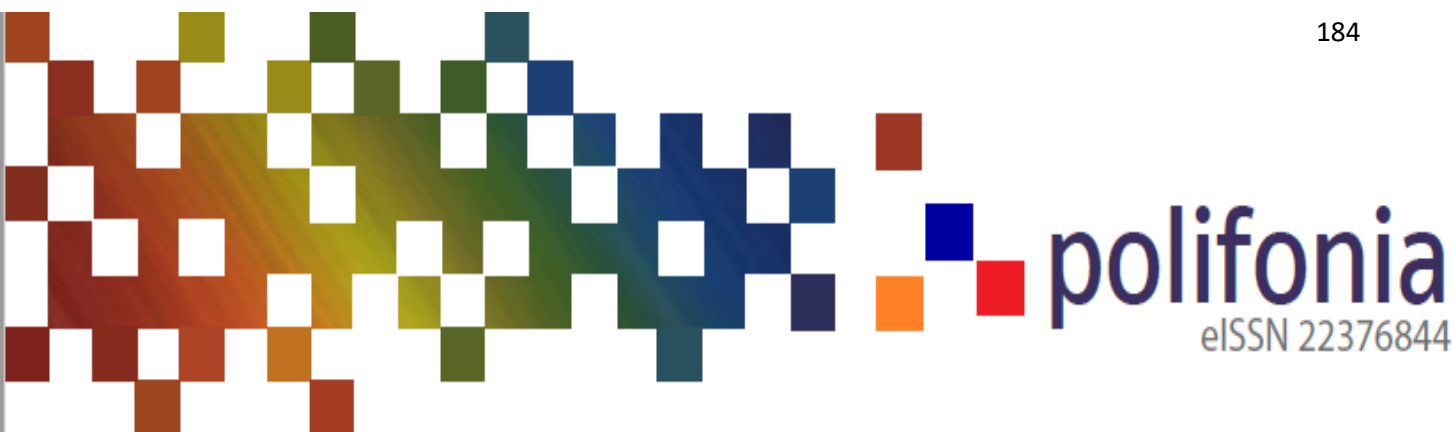
In this article we seek to provoke a reflection, in the light of decolonial theory, on the links between History and Literature and the equivalent problems that go through the process of writing these systems of signification. In this sense, we present the notion of canon and the uncertainties that this category carries, for both areas, if considered within a universal and closed perspective. Then we point out the growing whitening process of black or Afro-Brazilian literature, both in authorship and in the representation of the self. We understand, precisely, that this process is a constituent part of an exclusive nation project that marginalized actors/authors who were not included in the scripts that comprised the Brazilian social structure and, consequently, consecrated a select white group that today composes the imaginary national literary and historical background. To do so, we start from the premises launched by the reception theory that highlights the reader's active exercise of appropriating words by means of their individual understanding, experiences and values. Finally, we point out how decolonial criticism can provide mechanisms for enhancement and humanization of intercultural relations and in the construction of other references for the construction of the narrative.

Keywords: History and Literature; Black literature; canon; decolonial criticism.

Resumen

En este artículo buscamos provocar una reflexión, a la luz de la teoría descolonial, sobre los vínculos entre Historia y Literatura y los problemas equivalentes que pasan por el proceso de escribir estos sistemas de significación. En este sentido, presentamos la noción de canon y las incertidumbres que conlleva esta categoría, para ambas áreas, si se considera dentro de una perspectiva universal y cerrada. Luego señalamos el creciente proceso de blanqueamiento de la literatura negra o afrobrasileña, tanto en la autoría como en la representación del yo. Entendemos, precisamente, que este proceso es una parte constitutiva de un proyecto nacional exclusivo que marginó actores/autores que no fueron incluidos en los guiones que conformaban la estructura social brasileña y, en consecuencia, consagró un grupo blanco selecto que hoy compone el imaginario. Fondo nacional literario e histórico. Para hacerlo, partimos de las premisas lanzadas por la teoría de la recepción que destaca el ejercicio activo del lector de apropiarse de las palabras a través de su comprensión, experiencias y valores individuales. Finalmente, señalamos cómo la crítica descolonial puede proporcionar mecanismos para mejorar y humanizar las relaciones interculturales y en la construcción de otras referencias para la construcción de la narrativa.

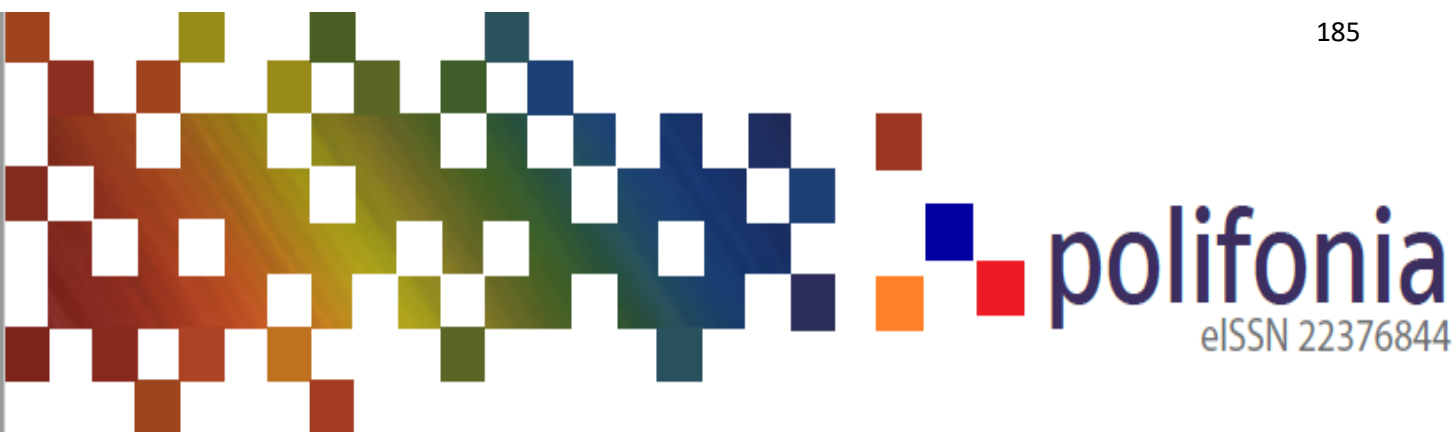
Palabras clave: Historia y literatura; Literatura negra; canon crítica descolonial.



História e a Literatura guardam em si conexões interessantes. Ambas usam do verbo para alcançar seu propósito e seu material essencial é a natureza humana e suas atuações. A primeira, assim como a segunda, utiliza da narração como estratégia de retomada, pela palavra, de um passado que, sem ela, desapareceria no silêncio e no esquecimento. Walter Benjamin, em seu tempo, já apontava a força da palavra escrita como uma marca do projeto de dominação inaugurado na modernidade. Porém, como lembra José Martinho Rodrigues Remedi (2003, p. 192), Benjamin estava interessado na narração, como sistema de construção do sujeito humano. E é justamente esse sujeito humano narrado como universal, tanto pela História quanto pela Literatura, que é hoje questionado pelos críticos ao projeto da modernidade. Em especial pelos simpatizantes das teses pós-coloniais e decoloniais que intentam produzir teorias-outras que destaquem o protagonismo das reflexões de intelectuais fora do eixo Atlântico-norte.

Todavia, a contiguidade entre História e Literatura não se encerra na instrumentalização de suas produções para um projeto de modernidade. Uma e outra conservam, também, o potencial de tornar-se o exercício contínuo da alteridade ou da humanização como salienta o crítico literário Antônio Candido ao afirmar que “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (2004, p. 3). É a necessidade dessa segunda aproximação que gostaríamos de defender nesta reflexão. Para tanto faz-se mister explorarmos precisamente o uso instrumental desses sistemas para apontar as consequências que rasuraram e rasuram os sujeitos que são postos a margem do processo de agenciamento de si. Para isso, trazemos a baile algumas discussões sobre a construção da nacionalização da literatura e da história brasileira.

Portanto, o que pretendemos com esse texto é precisamente provocar uma reflexão, a luz da teoria decolonial, sobre as ligações entre História e Literatura e as problemáticas equivalentes que atravessam o processo de escrita desses sistemas de significação. Neste sentido, apresentamos a noção de cânone e as incertezas que essa categoria carrega, para ambas as áreas, se considerada dentro de uma perspectiva

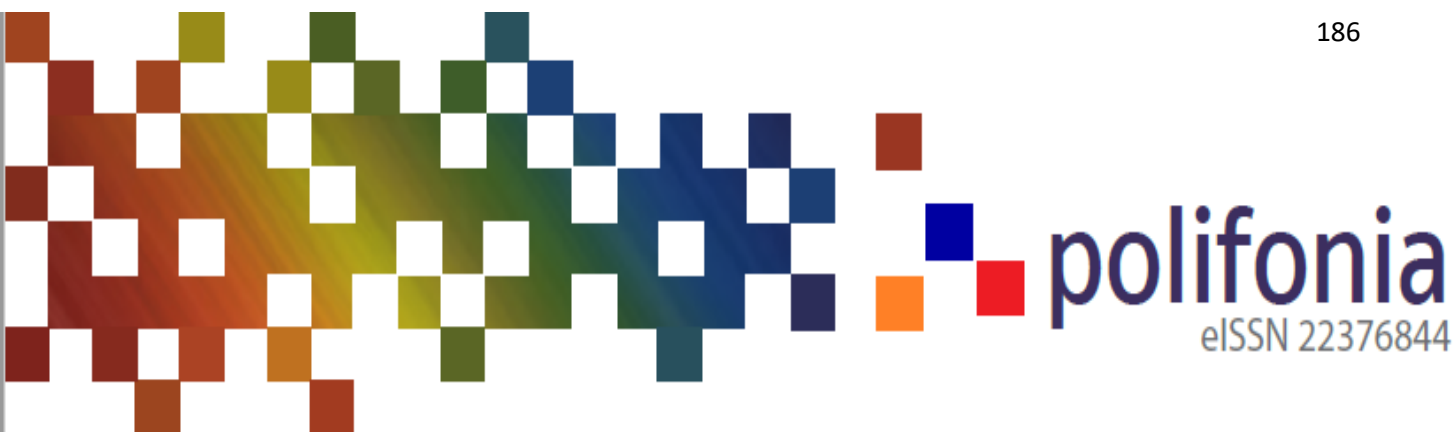


universalista e fechada. Em seguida apontamos o crescente processo de embranquecimento da literatura negra ou afro-brasileira, tanto na autoria quanto na representação de si. Comprendemos, justamente, que esse processo é parte constituinte de um projeto de nação excludente que marginalizou a(u)tores que não estavam inscritos nos *scripts* que comporia a estrutura social brasileira e, por consequência, consagrou um seletivo grupo branco que hoje compõe o imaginário literário e histórico nacional. Nessa altura indicamos as consequências decorrentes da invisibilização e homogeneização dos personagens nos enredos narrados. Bem como destacamos as críticas feitas em relação a “escrita de resistência” – para aqui ressignificar a noção de literatura como resistência proposta pelo filósofo francês Jean Paul Sartre (1988, p. 21).

Torna-se, neste ponto, essencial esclarecer, que entendemos que a narrativa possui como essência o poder de significar a existência dos indivíduos e atribuir-lhes um sentido. Permitindo, portanto, que haja a experiência estética de ser e estar no mundo como aponta Heidegger. Para tanto, consideramos a teoria da recepção que destaca o exercício ativo do leitor de apropriar-se das palavras significando-as por meio de sua compreensão individual, experiências e valores (JAUSS, 1978, p. 17). Por fim, apontamos como a crítica decolonial pode fornecer mecanismos de assenhoreamento e humanização das relações interculturais.

Uma busca por um passado confiscado e a transformação de um futuro anulado

Segundo o pesquisador brasileiro Eduardo de Assis Duarte no inventário da literatura brasileira construído pelos manuais canônicos, a presença do indivíduo racializado manifesta-se de forma espaça e esmaecida, “com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presentes na memória dos leitores” (DUARTE, 2013, p. 261), o negro está presente muito mais como tema do que como voz autoral. Duarte ainda nos lembra que há um elemento intrigante na trama na qual a Literatura nacional é inscrita. O Brasil se configura como uma nação multiétnica

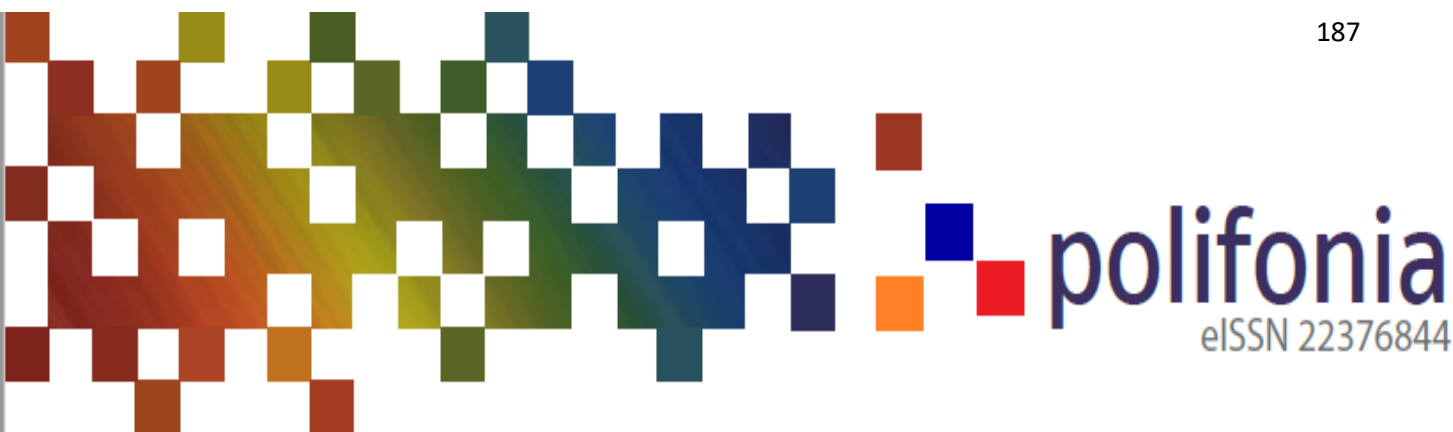


de maioria afrodescendente, entretanto as representações e o agenciamento de si pela população negra são anulados. De acordo com o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negras e negros constituem mais de metade da população brasileira (50,7%). Dados mais atuais apontam que, em 2015, 53,9% da população autodeclarava-se de cor ou raça preta ou parda. Mesmo compondo a maior parcela da população do país, os sujeitos racializados são estruturalmente aliçados dos espaços (d)e poder.

Tal constatação nos instiga e faz suscitar hipóteses em busca de seus contornos e motivações. Sobretudo considerando a participação da História e da Literatura nesse processo de invisibilização dos sujeitos racializados e sua atual reformulação-crítica que busca construir novas conexões que transponha as velhas estruturas coloniais do discurso. Essa segunda postura pode ser identificada como uma revitalização do debate incitado primeiramente pelo campo dos estudos culturais e posteriormente pelo debate pós-colonial. O estudioso diaspórico Homi Bhabha afirma que o pós-colonial – enquanto movimento crítico ao modelo da Modernidade, busca construir pensamentos dialéticos que não recuem ou neguem a “*outridade*” (BHABHA, 1998, p. 242). Seja ela de qualquer perspectiva for. Portanto, longe de formar um fundamentalismo-outro, o questionamento sobre a construção dos cânones e suas implicações na sociabilidade dos sujeitos visa alargar e visibilizar as produções narrativas empreendidas por atores invisibilizados e silenciados pelo modelo ocidental.

Os estudos pós-coloniais se constituem, assim, como um campo de investigação em que novos pilares epistemológicos e teóricos são pensados, a fim de construir outra lógica da produção de saberes. Segundo Gayatri Spivak (2010, p. 19), os estudos pós-coloniais buscam alternativas para a desconstrução da antinomia West/Rest e, com isso, intentam produzir outras formas de pensamento e de modos de vida.

O termo pós-colonial, de acordo Inocência Mata (2014, p. 29), remonta aos anos de 1970, porém, só adquire, enquanto noção, substância conceitual a partir dos anos 1980

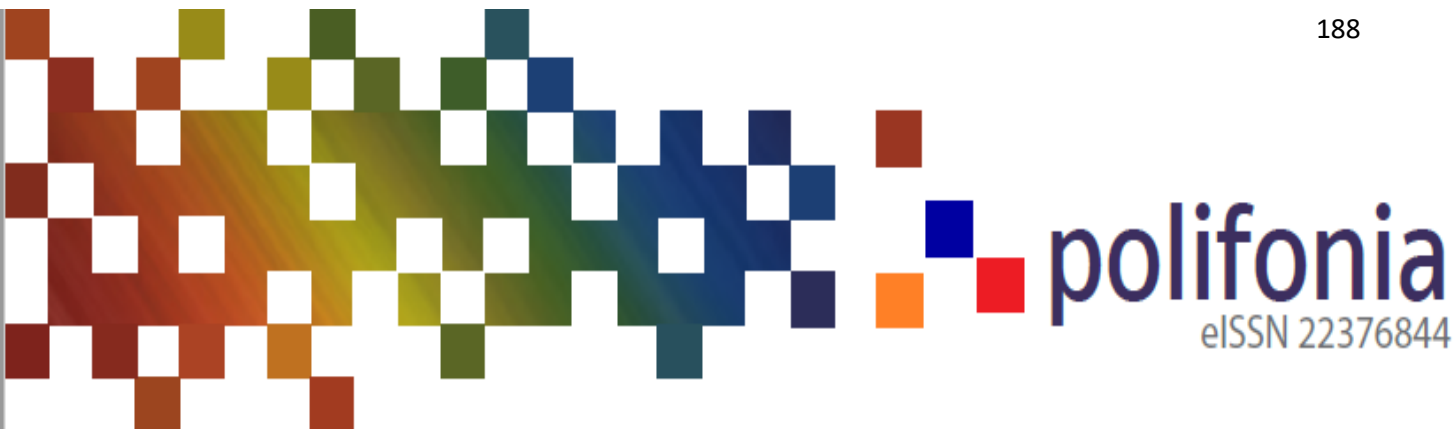


no mundo anglo-saxônico, com a difusão das obras de autores diaspóricos como Edward Said, Stuart Hall, Homi Bhabha e Gayatri Spivak. Esses autores, como nos lembra Alfredo Cordiviola (2014, p. 65), invocam o pensamento e as práticas de Marx e de Nietzsche, Freud, Heidegger, Foucault, Derrida, Lacan e Deleuze tanto para reconhecer continuidades e iluminações teóricas quanto para apontar eurocentrismos, pontos cegos e omissões. Assim, eles ajudariam a instaurar reflexões relativas ao estatuto pós-colonial, às assimetrias e representações instituídas pela expansão do capitalismo e do imperialismo.

Para entendermos essas tramas que desenharam um *script* discursivo modelador é fundamental apontar a noção de cânone literário que conduziu e conduz a formação do campo da narrativa como instrumento de poder. Nesse sentido cabe perguntar: o silenciamento desses a(u)tores se deu, pois não tinham voz, escrita e pensamento? E de que a(u)tores estamos falando? Sujeitos racializados são sempre atravessados pelos mesmos problemas? O que é lugar de fala e como esse conceito articula-se com a crítica decolonial? Essas questões são centrais para conduzir a primeira parte desse diálogo.

Harold Bloom, crítico literário norte americano, notabilizou-se pela defesa aguerrida da tradição e a crítica contra os textos, chamados por ele de identitários. Segundo Bloom, em *O cânone Ocidental*, a literatura identitária coloca-se a serviço de objetivos sociais que, por mais moralmente admiráveis que sejam, não caracterizam um cânone. Como defensor aristocrático do “cânone ocidental”, o crítico considera que tal designação só é concedida àqueles que possuem uma produção com “força poética”, isto é, que detenham, portanto, “o domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, conhecimento, dicção exuberante” (BLOOM, 1995, p. 36).

Portanto, toda produção que tangenciasse essas características, em nome de um programa de salvação social, para o autor, não poderia ser classificada como cânone. Assim, Bloom entende que são critérios puramente estéticos e valores universais que configuram um modelo. Desta forma, o escritor conclui polemicamente que toda e

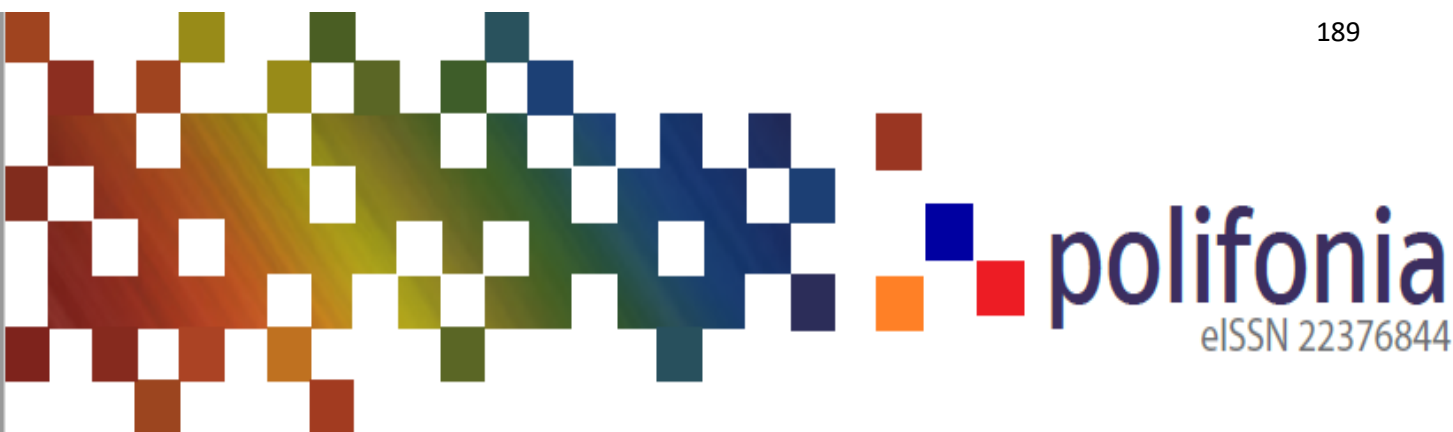


qualquer produção que se estrutura pela reivindicação social só a faz como estratégia para ofuscar a sua falta de qualidade literária.

Neste caso há dois pontos interessantes para considerarmos. O primeiro diz respeito a concepção implícita que considera que a narrativa canônica possa atingir universalmente todos os leitores, anulando parcialmente, por consequência, as experiências que tornam o ato de ler e significar um exercício vivo. Hans Robert Jauss (1978, p. 17-18), escritor e crítico literário alemão, defende que a recepção das obras é uma apropriação ativa que modifica o valor e o sentido no curso das gerações. Sendo, assim, “o leitor é a inteligência da obra”.

Para as pesquisadoras brasileiras Larissa Gotti Pissinatti e Wany Bernadete de Araujo Sampaio (2016, p. 7), aqui reside o potencial da literatura, visto que dentre as produções culturais, ela é um “instrumento de formação crítica e contribui para a recuperação e valorização de campos antes diminuídos, oprimidos e marginalizados pelos grandes centros”. Excluir essa potencialidade em nome de uma padronização puramente estética, supondo, aliás, que não há riqueza estética nas narrativas que reconhecem o autor como sendo um corpo-político é no mínimo banalizar e simplificar um debate denso que pressupõe o ser humano como sujeito ativo de sua história.

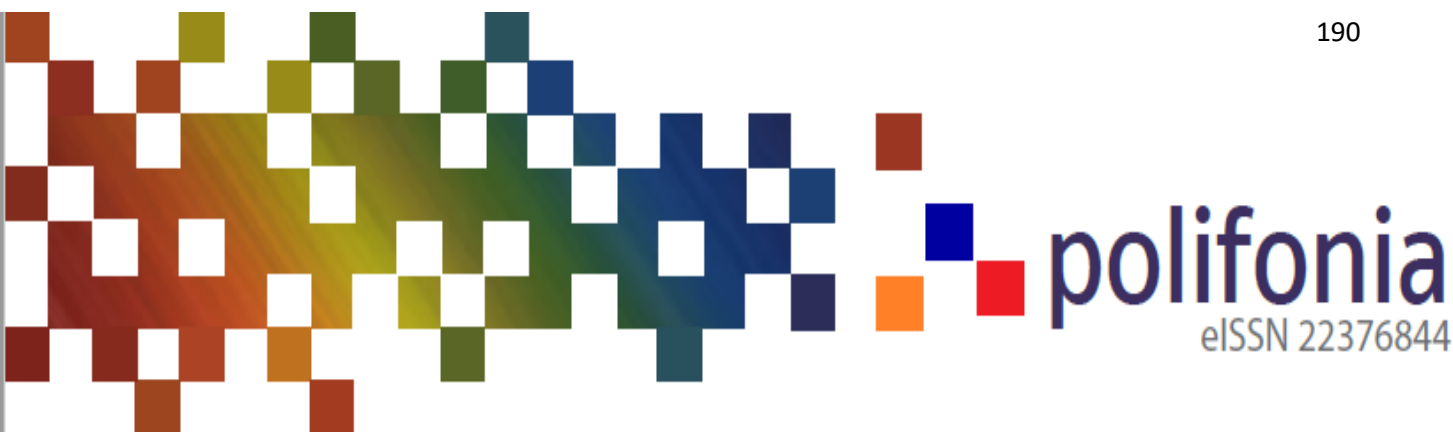
Outro ponto intrigante presente nessa concepção de cânone é aquele que molda essa categoria como um fenômeno que eterniza experiências compartilhadas. Mas desconsidera que as experiências selecionadas como universais respondem a enredos datados e localizados na estrutura social. Se a “eternização” e o “compartilhamento” forem critérios “universais” para decidir, categoricamente, o que é um modelo exemplar, deveríamos incluir as produções “identitárias” e “diaspóricas”, visto que elas atingem sobremaneira um contingente humano que em tempos de fragmentação da identidade consomem produtos que os conectam. Conectam num cenário de visibilidade e reconhecimento de suas produções. Porque não dizer conectividade num espaço de empoderamento.



Questionamos no início dessa primeira seção se o silenciamento dos a(u)tores se devia a ausência de voz, escrita e/ou pensamento. É óbvio que a resposta é não. O que na realidade existi(u) foi um processo de apagamento da diferença para a construção da nação. Considerando o caso brasileiro, devemos lembrar que a estrutura colonial escravista negligenciou as produções literárias negras, e não que elas não existiram.

Podemos perceber como as condições de produção e as instâncias de legitimação da literatura afro-brasileira sempre demandaram esforços e lutas e por isso só bem recentemente, com as discussões pela abertura do cânone, a literatura afro-brasileira também vem ganhando espaço, visibilidade, reconhecimento e estudos. Contudo, vale ressaltar que o local de enunciação diferencia muito o sujeito narrador do contexto brasileiro, daquele do contexto norte americano, mesmo em relação aos afrodescendentes, seja pelas diferentes noções de negritude, seja por questões históricas, haja vista que, nos Estados Unidos, os afrodescendentes primeiramente se mobilizaram contra as leis segregacionistas, enquanto no Brasil verificou-se outra dinâmica, possivelmente por conta do mito da democracia racial, que acreditamos ter contribuído para que os negros, em nome de uma cordialidade aparente, protelassem em muito a reivindicação de seus direitos. (MARCELINO, 2013. p. 126.).

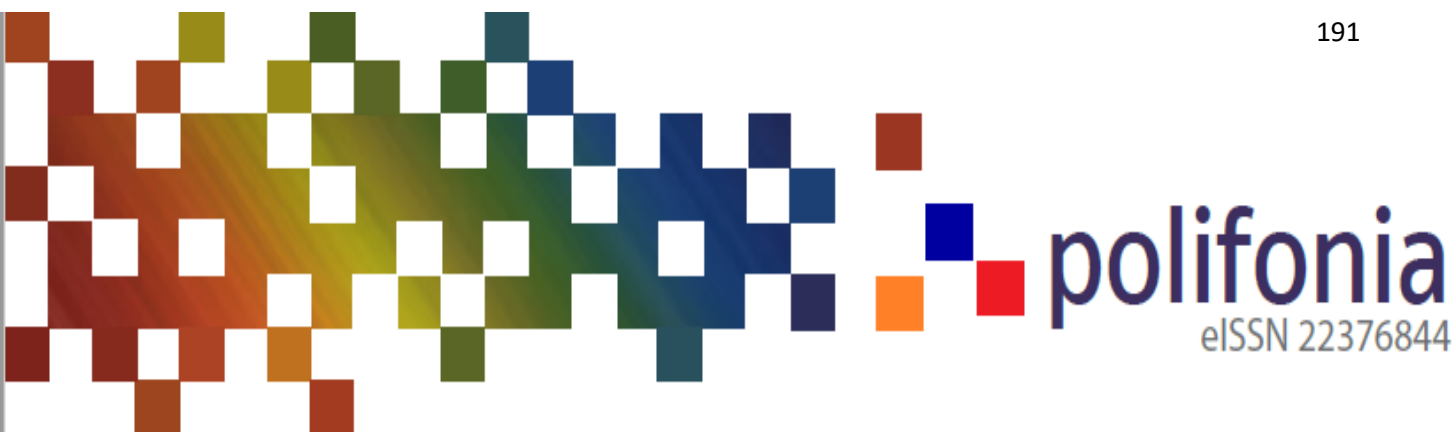
Por isso, ao falar sobre o silenciamento como elemento constitutivo, a Literatura negra está falando de seus agentes enquanto grupo social e humano. Social, pois enquanto sujeitos detentores de direitos não havia dispositivos que lhes assistissem a concedessem tais fundamentos. Por fim, enquanto humanos, pois eram objetificados, isto é, tratados como *coisas*. Destituídos da convenção moderna – humanidade – que concedia aos sujeitos o horizonte de expectativas livres de ser e estar no mundo. Ou seja, o emudecimento não se dava apenas pela escrita, mas, antes de tudo, pelo ato de narrar-se e assim projetar-se para o mundo. Existir enquanto expectativa numa concepção do ser-*aí* heideggeriano. Essa face da narração lhes era privada, justamente porque era um elemento constitutivo da estrutura social escravista.



Assim quando Bloom e adeptos de sua concepção de cânone ocidentalista acusam a literatura negra de ser identitária e, por isso, ressentida não estariam também fazendo por ressentimento de se verem questionados e confrontados a se autoanalisar? Afinal o que está em jogo é o próprio exercício de se fazer existir e com ele a consolidação dos valores orientadores no tempo de cada grupo. É possível que até aqui você consiga perceber que a construção lógica desse argumento é, no mínimo, simplista. Visto que há mais elementos a serem considerados antes de apontar o ressentimento como argumento decisivo para deslegitimar a reflexão de um intelectual ou grupo. Mas ao concordar com esse ponto significa que também terá que ignorar o ressentimento apontando por Bloom como elemento resolutivo para as críticas ao modelo canônico vigente. Já que para o autor, taxativamente, o debate se encerra ao projetar para o campo do ressentimento as razões pelas quais a literatura identitária se constitui.

O que é certo afirmar até aqui é que a resistência por parte daqueles que possuem as agências e os mecanismos de oficialização é sintomático. Como salienta a pesquisadora brasileira Maria Janaina Foggetti (2009, p. 22) “uma literatura combativa e questionadora certamente encontra dificuldades de reconhecimento do seu valor, dada a ameaça que representa às estruturas solidificadas de uma sociedade branca paternalista”.

Para a investigadora brasileira Zilá Bernd, a literatura negra tem como fundamento o desejo de renomear o mundo criado pelos indivíduos brancos. Para a autora, a literatura negra, através da narração, “está querendo criar a si mesmo” (BERND, 2003, p. 21). Sendo, portanto, uma tentativa de ocupar os vazios-imaginários criados pela perda progressiva de identidade durante a composição das “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1983). Vale frisar que o projeto modernizador como se quer é um rolo homogeneizador que passa por todas as arestas da sociedade sem perceber que ao invés de corrigir, acentua os problemas. A modernidade enquanto tal, propõe a paz social, contudo, não é possível que continuemos a entender o silêncio dos explorados como tal pacificação.

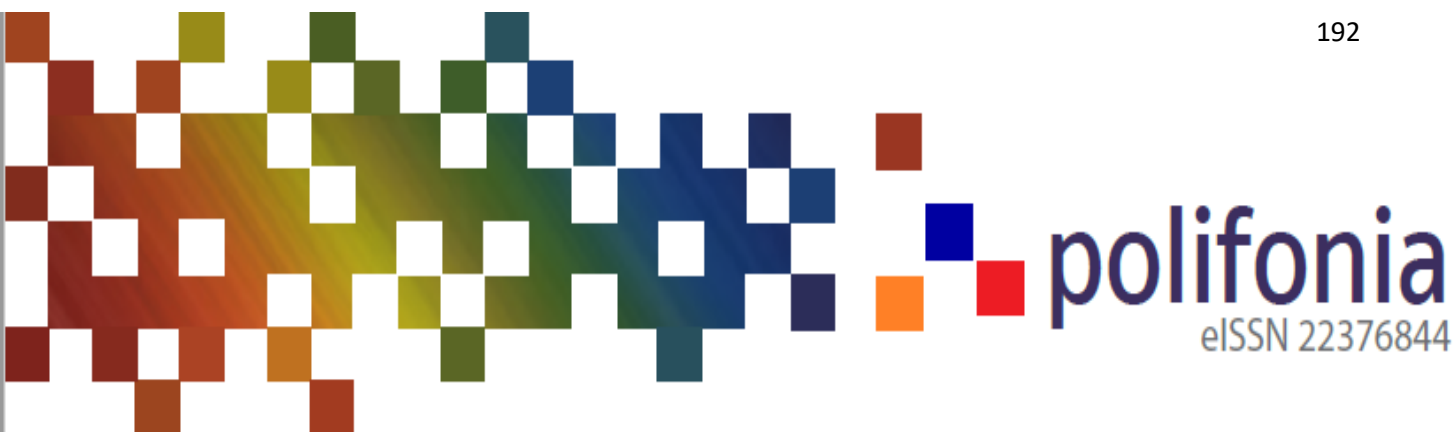


Neste contexto torna-se possível falar, segundo Bernd (2003, p. 22-23), a respeito de “reterritorialização histórica”, isto é, “de tomar posse novamente de seu passado, sua cultura, sua voz as quais o ocidente tentou destruir sumariamente”. Ou se quisermos empregar o conceito analisado pela arquiteta Joice Berth: *empoderamento*. Conforme Berth, empoderamento pode ser entendido como uma ferramenta de emancipação política e social que não se propõe “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos. Logo, empoderar-se dentro dos pressupostos defendidos pela autora é:

[...] antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução as bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto na história. (BERTH, 2018, p. 16).

Portanto, a inserção dos sujeitos racializados não apenas enquanto tema, mas como agentes autorais é um fenômeno decisivo para a reterritorialização histórica desses a(u)tores. Sobretudo, porque como lembra Eduardo de Assis Duarte, verifica-se que os manuais de literatura, que se constituem como um componente significativo dos mecanismos de canonização literária apresentam uma quase completa ausência de autores e autoras negras nessas compilações. Esse dado não apenas caracteriza a literatura brasileira como branca, como também aponta que os critérios que presidem sua conformação são formalistas “de base eurocêntrica que deixa de fora experiências e vozes dissonantes, sob o argumento de não se enquadrarem em determinados padrões de qualidade ou estilos de época (DUARTE, 2013, p. 262).

Ainda segundo Duarte, enquanto personagem, o negro ocupa lugar menor na literatura brasileira. Na textos do tipo prosa é um lugar muitas vezes insossos, quase sempre secundários ou mais intensamente no caso dos homens negros como vilões. Além dessas duas circunstâncias há uma terceira via que pressupõe a inserção de a(u)tores negros mediante ao embranquecimento para que sejam “harmonizados” a composição

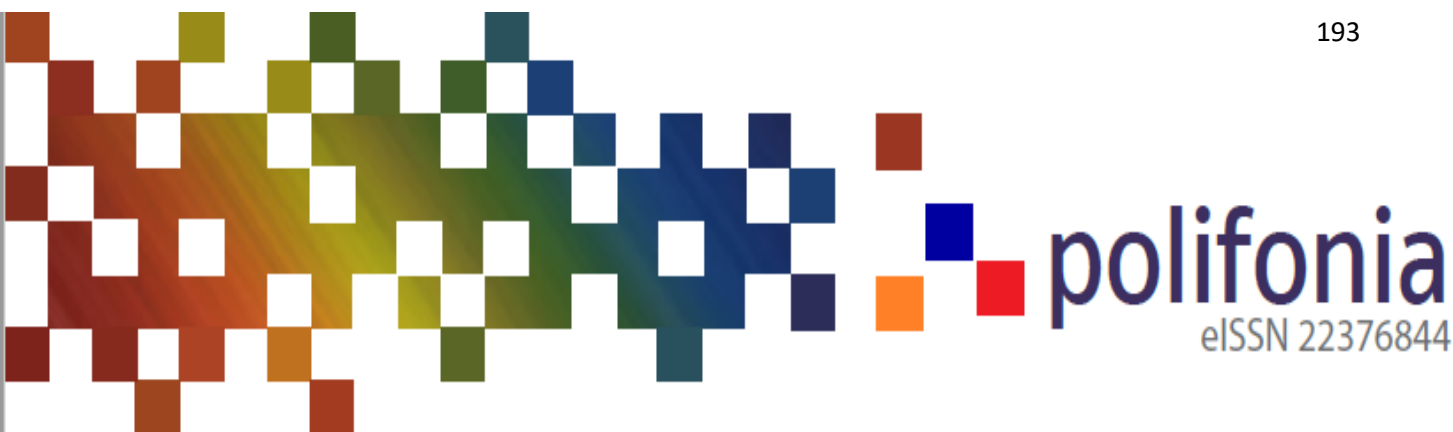


literária. Vale aqui lembrar dois exemplos sintomáticos dessa estratégia perversa. O primeiro diz respeito ao embranquecimento do autor, como foi o caso de Cruz e Souza apontado como “negro de alma branca” e até mesmo próprio Machado de Assis, como destaca Duarte, que chegou a se considerar um “caramujo” ao dissimular “sua negricia perante o leitor de seu tempo” (DUARTE, 2013, p. 266). Já na condição de branquear as personagens vale destacar Damião, o protagonista de Josué Montello, em *Os tambores de São Luís* (1975). O escravo torturado e quase morto no tronco se alegra, anos depois, da mestiçagem produzida pelos seus descendentes.

Como tantos intelectuais formados sob a égide do mito da democracia racial, Montello coloca seus escritos a serviço da crença na mestiçagem como resolução de conflitos e apagamento das diferenças, que se diluiriam no cadinho da “metarça” brasileira defendida por Gilberto Freyre. Reforça, pois, a perspectiva externa e descompromissada que marca a representação do negro no romance modernista, em muitos deles uma representação empenhada em promover o esquecimento do passado escravocrata, como se pode ler na profissão de fé presente no final de “*Os tambores de São Luís*”. (DUARTE, 2013, p. 264).

Neste momento é possível apontar que essa atitude predominante de sequestro do negro enquanto autor e ator de sua própria história é uma marca da estrutura discursiva que se quer canônica na literatura e na história. Um sequestro não apenas da voz narrativa, mas também da própria humanidade ao pinçar um retrato opaco e rasurado dos diferentes indivíduos que compõe a heterogeneidade da nação. É nesse sentido que a crítica decolonial pode nos fornecer elementos para pensar as referências canônicas sob um outro ponto de vista mais dialético que não seja excludente necessariamente, porém tampouco conivente.

A contestação dos discursos universalistas

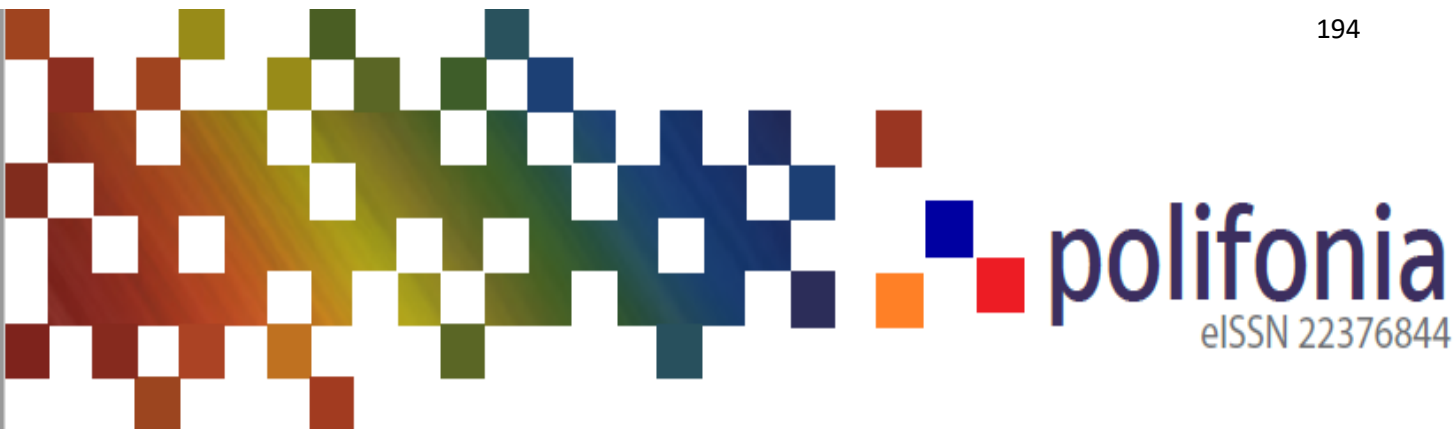


De acordo com Filipe Silva e Janssen Silva (2014, p. 152), o pensamento decolonial assevera que as ciências produzidas no Norte Global se impuseram como aquela que possuiria o poder de julgar as outras epistemologias e de se auto afirmar enquanto ciência universal. De certo modo isso explica por que temos uma concepção racional-moderna de produzir conhecimento, que questiona a legitimidade das ciências-outras quando elas solicitam sua inclusão nos centros de produção de conhecimento.

Isso porque a colonização, segundo Aníbal Quijano (2005, p. 227), foi alicerçada por esses dois pilares interdependentes: racionalização e racialização. O primeiro se apresentou como forma de produzir a inferioridade cognitiva dos povos colonizados, o que justificaria o domínio colonial. Por sua vez, a segunda se refere ao estabelecimento de um modelo racional europeu que “se autoprojeta como válido e universal, destituindo os povos nativos de qualquer validade de enunciação científica” (SILVA; SILVA, 2014, p. 159).

Nesse sentido, as reflexões de Catheline Walsh (2005, p. 13) sobre os processos educacionais a partir de conceitos como pensamento-outra, decolonialidade e pensamento crítico de fronteira nos fornecem uma fortuna reflexão para trilharmos outros percursos que não estejam mais vinculados às referências ocidentais modernas. Oliveira e Candau (2010, p. 19) explicam que “a noção de “pensamento-outra” provém do autor árabe-islâmico Abdelkebir Khatibi, que parte do princípio da possibilidade do pensamento a partir da decoloniedade, ou seja, a luta contra a não-existência, existência dominada e a desumanização” (p. 24).

Segundo Walter Dignolo (2006), o pensamento-outra, caracterizado como decolonialidade, significa uma reordenação geopolítica do conhecimento em duas direções. A primeira partindo de uma crítica a subalternização do conhecimento do outro não-ocidental e a segunda como via para pensar a construção de modelos epistemológicos capazes de dar conta das especificidades da história dos oprimidos. O conceito de interculturalidade é entendido como processo e como projeto político, sendo central na construção do pensamento-outra. Por sua vez, decolonialidade pressupõe partir das



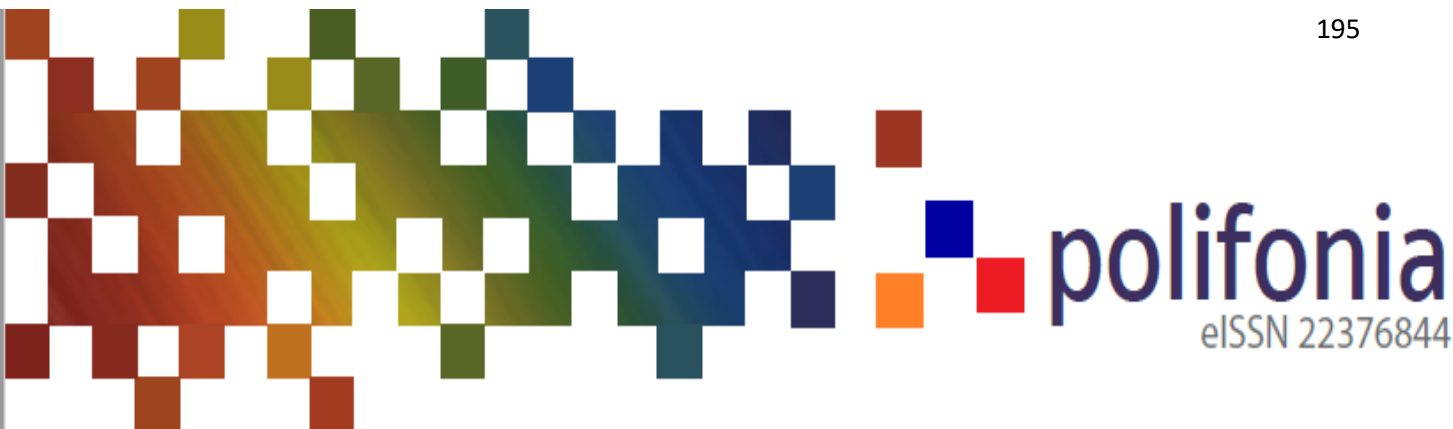
vivências do grupo desumanizado/subalternado historicamente para pensar outras práticas políticas, educativas, epistemológicas, sociais e culturais, isto é, desconstruir o que foi construído pela colonialidade do poder. A decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber”. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 19).

O pensamento crítico de fronteira é um processo de questionamento e transformação da colonialidade do poder, do saber e do ser. Contudo, não objetiva uma sociedade ideal, pois reconhece que esses tipos de colonialidades não desaparecem por completo. Porém, inicialmente, o pensamento crítico de fronteira quer tornar visíveis as outras formas epistêmicas que não sejam eurocêntricas. Esse pensamento crítico pode se constituir desde a colonialidade e propõe que se crie comunidades interpretativas que ajudem a ver o mundo de uma perspectiva “outra”. Esse enfoque quer se constituir como um projeto alternativo ao racismo epistêmico e à colonialidade do ser, do saber e do poder. (OLIVEIRA e CANDAU, 2010, p. 19).

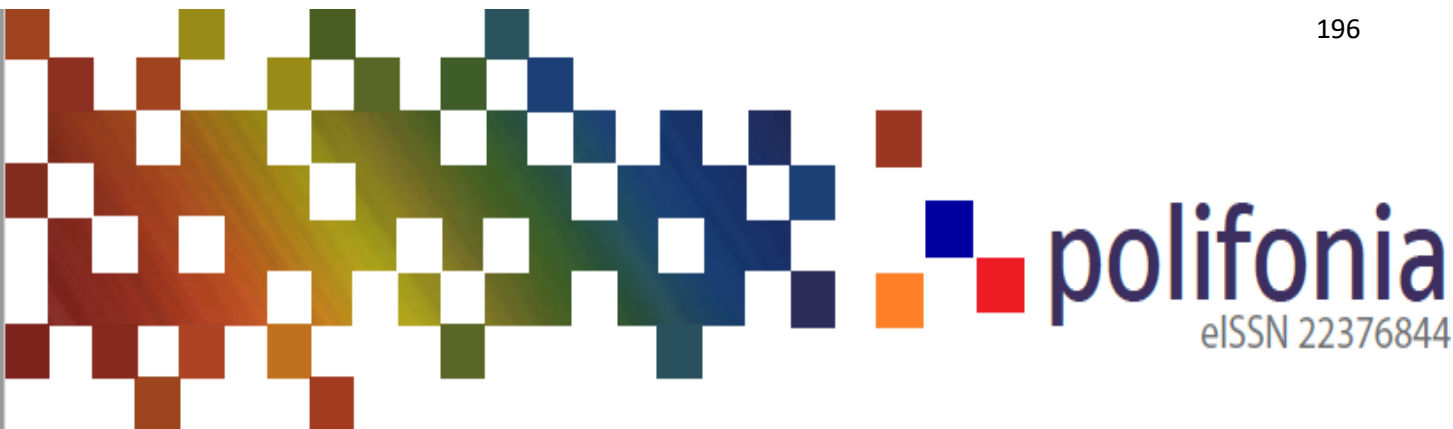
Ou seja, o que se torna necessário nesse processo é a possibilidade de deixar falar, mas mais do que isso, é ouvir as vozes que antes foram silenciadas pela colonialidade. Romper com essa secular tradição de silenciamento não é uma das tarefas mais fáceis, porém é mais fundamental no processo de decolonizar a História e a Literatura. Se esses pequenos pontos forem exercitados é provável que ampliemos a compreensão do mundo, para além da compreensão que a Europa nos legou.

Referências

- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: 2005.
- BERND, Zilá. A questão da negritude. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERND, Zilá. Literatura e identidade nacional. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- Berth, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte: Letramento, 2018



- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLOOM, Harold. O Cânone Ocidental. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- CANDIDO, A. "O direito à literatura". In: Vários Escritos. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre azul, 2004, p. 169-191.
- CORDIVIOLA, A. Estudos culturais latino-americanos: configurações de um sintagma. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, v. 44, p. 65-78, 2014.
- DUARTE, Eduardo Assis. Faces do negro na literatura brasileira. In: ALMEIDA, Júlia; SIEGA, Paula. (Org.). Literatura e voz subalterna. Vitória: EDUFES, 2016, v. 1, p. 41-64.
- FOGGETTI, Maria. Janaiana. Presença da literatura afro-brasileira na pós-graduação. Terra Roxa e Outras Terras, v. 17-A, p. 19-32, 2009.
- HEIDEGGER, M. El Ser y el Tiempo. 8. ed. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- JAUSS, Hans Robert. Pour une esthétique de la représentation. Paris: Gallimard, 1978.
- MARCELINO, Jaqueline L. L. A voz e a vez do outro: As literaturas afro-americana e afro-brasileira. In: XV Congresso de Estudos Literários. Estudos culturais e pós-culturais: literatura e voz subalterna, 2013, Vitória. Literatura e Voz Subalterna. Vitória: GM Gráfica e Editora Ltda, 2013. v. 1. p. 09-671.
- MIGNOLO, Walter. Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento. Buenos Aires: Del Signo, 2006.
- MONTELLO, Josué. Os tambores de São Luís. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.
- PISSINATI, Larissa G.; SAMPAIO, Wany Bernadete A. Narrativas Infantis: campos de força e o decolonial na formação de um leitor crítico. In: X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Ocidental e VIII Colóquio Internacional As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia, 2016, Rio Branco. Anais do X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Ocidental e VIII Colóquio Internacional As



Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia. Rio Branco: UFAC (Open Journal Systems), 2016. v. 1. p. 1-15.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

REMEDI, José Martinho R. Walter Benjamin e a fronteira entre história e literatura. Métis, v. 1, n. 2, p. 191-207, 2003.

SARTRE, Jean-Paul. Que é a literatura? 3. ed. São Paulo: Ática, 2004 [1ª ed. 1947].

SILVA, Filipe Gervásio P.; SILVA, Janssen Felipe. A crítica decolonial das epistemologias do sul e o contexto de constituição das coleções didáticas do PNLD-CAMPO/2013. Realis, v. 4, n. 2, p. 149-174, jul./dez. 2014.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Introducion - (Re)pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, C. Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.